

Agenda do Sistema FIERN

10/08 – Natal/RN – Seminário Motores do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, sob o tema “UFRN: tecnologia da informação acelerando o desenvolvimento”.

LOCAL: FIERN - Auditório Albano Franco, térreo.

HORÁRIO: A partir das 8:30.

Compras Governamentais

Editais Publicados. Links:

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

Indicadores Econômicos

Sondagem Indústria da Construção CNI/CBIC/FIERN, realizada entre 1º e 13/07/15, mostra que a atividade do setor se manteve retraída em junho. O indicador decresceu 4,39%, passando de 38,7 para 37,0 pontos, em relação ao mês de maio (valores abaixo de 50 pontos indicam queda). Na comparação com junho de 2014, o indicador recuou 19,74%. **Íntegra:** [FIERN – Sondagem da Indústria de Construção](#).

ICEI de julho alcança 37,2 pontos, 1,7 ponto menor que o registrado em junho. Com a queda, o índice voltou ao menor patamar da série histórica, 0,3 ponto abaixo do registrado em março de 2015. O ICEI varia de 0 a 100 pontos e valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário.

Íntegra: [CNI- Portal da Indústria - ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial](#).

Interesse M P E

Projeto de Lei PLP 130/2015, da Câmara Federal, propõe a suspensão do pagamento de impostos para micro e pequenas empresas.

Projeto de Lei PLP 00130/2015, do deputado Dagoberto (PDT/MS), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que confere tratamento especial às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte". Estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte que venham a se constituir após a aprovação desta lei e que tenham até dois anos de funcionamento poderão ter suspensa a exigibilidade dos seguintes tributos federais: IRPJ; IPI; CSLL; COFINS, PIS/Pasep; Imposto sobre a Importação; e Imposto sobre a Exportação. Esses tributos serão parcelados nos 10 anos subsequentes à sua suspensão. No caso de liquidação ou falência da empresa, havendo débitos inadimplidos, dentro de 12 anos a partir de seu funcionamento, será aplicada a desconsideração da personalidade jurídica. A Receita Federal deverá negar a suspensão da cobrança dos impostos listados se for caracterizada a adoção de artifício para prolongar ou perpetuar a suspensão da exigibilidade dos impostos, por meio de baixa de empresas, com abertura de novas empresas e com a participação de sócios egressos daquelas baixadas. Também poderá ser negada a suspensão caso as empresas tenham sócios egressos ou que participem de empresas que estejam em condição de inadimplência junto à Receita Federal. **Íntegra:** [Portal da Indústria/CNI – Informe Legislativo 22/2015](#).

Arrecadação do Simples no RN cresce 14,5% no primeiro semestre

O resultado da arrecadação do Simples Nacional no Rio Grande do Norte foi positivo para os primeiros seis meses do ano e apresentou avanços em relação ao mesmo intervalo do ano passado. Os pequenos negócios, instalados no Estado, foram responsáveis por repassar aos cofres públicos, em junho, mais de R\$ 13,9 milhões em tributos, principalmente o ICMS e o ISS. O valor é 11,8% maior do que o recolhido das empresas desse segmento no mesmo mês de 2014. Com isso, já foram mais de R\$ 88,6 milhões injetados nos tesouros municipais e estadual ao longo dos seis primeiros meses do ano, o que representa um crescimento de 14,5% em comparação com o primeiro semestre de 2014. Os dados da arrecadação das MPEs em junho foram da Receita Federal e são referentes ao recolhimento de tributos das empresas optantes do Simples no RN. Esse regime fiscal reúne atualmente mais de 25 mil empresas no Estado. A maior parte dos recursos foi destinada ao cofre do Estado, com o recolhimento do ICMS. Foram arrecadados quase R\$ 10 milhões dos pequenos negócios. O montante é 3,4% maior que o recolhido no mês anterior e 6,4% no comparativo com o mesmo mês do ano passado. No primeiro semestre, foram arrecadados R\$ 62,7 milhões só de ICMS dos negócios potiguares de pequeno porte. Para os municípios do RN, a contribuição das pequenas empresas totalizou pouco mais de R\$ 4 milhões em junho, uma redução de 4,3% quando observada a arrecadação do mês anterior, que foi de R\$ 4,2 milhões. Esses valores são referentes ao ISS, que recai nos cofres dos municípios. A cidade que ficou com a maior parte desse dinheiro foi Natal, com R\$ 2,4 milhões, Mossoró, com R\$ 512 mil e Parnamirim, com R\$ 315 mil. **Íntegra:** [Portal Sebrae/RN](#).

Projeto de Lei PL 02298/2015, da Câmara Federal, aumenta o parcelamento de débitos fiscais das MPEs em recuperação judicial.

Projeto de Lei PL 02298/2015, do deputado Laercio Oliveira (SD/SE), altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte. Essa proposta cria parcelamento diferenciado de débitos fiscais para as MPEs que estiverem em processo da recuperação judicial. O parcelamento poderá ser feito em até 101 parcelas, observando-se percentuais diferenciados e progressivos a serem aplicados sobre o valor da dívida. Em caso de não concessão da recuperação, o parcelamento concedido poderá ser rescindido. **Íntegra:** [Portal da Indústria/CNI – Informe Legislativo 22/2015](#).

Interesse Geral da Indústria

Mercado financeiro projeta Selic em 14,25% e Copom Confirma

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperavam que a taxa básica de juros, a Selic, fosse elevada em 0,5 ponto percentual. A taxa Selic estava em 13,75% ao ano, após passar por seis altas seguidas, passando agora para 14,25%, conforme reunião do Copom, em 29.07.15. Para este ano, a estimativa do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu pela 15ª vez seguida. Desta vez, a projeção passou de 9,15% para 9,23%. Neste ano, a inflação deve ficar muito acima do limite superior da meta estabelecido pelo Governo, que é 6,5%. Para 2016, a projeção permanece em 5,40%. A promessa do BC é entregar a inflação no centro da meta (4,5%), em 2016. A expectativa das instituições financeiras para a retração da economia, este ano, piorou, ao passar de 1,70% para 1,76%. Para o próximo ano, a projeção é crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas de apenas 0,20%, contra 0,33%, previstos na semana passada. Na avaliação do mercado financeiro, a produção industrial deve ter uma queda de 5%, este ano. Em 2016, a projeção de crescimento passou de 1,50% para 1,30%.

A pesquisa do BC também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que passou de 7,64% para 7,69%, este ano. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa subiu de 7,46% para 7,52%, em 2015. A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) passou de 8,72% para 8,74%, este ano.

A projeção para a cotação do dólar subiu de R\$ 3,23 para R\$ 3,25, ao final de 2015, e segue em R\$ 3,40, no fim de 2016. **Íntegra:** [Portal EBC Agência Brasil](#).

| Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

| Presidente da FIERN e COMPEM/CNI: Amaro Sales de Araújo.

| Presidente do COMPEM/FIERN: Heyder de Almeida Dantas.

| Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Técnico Corporativo - ernanibandeira@fiern.org.br.

| Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.